



**LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 002/2026**

**LS Nº 002/2026/LICENÇA SIMPLIFICADA/SEMADS**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 3º da Lei nº 3.412 de 23 de janeiro de 2017, expede a presente **LICENÇA SIMPLIFICADA**, requerida através do **Processo nº 2025-KF6ZQ** que autoriza a:

**EMPRESA / NOME:** AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS LTDA**CNPJ / CPF:****ENDEREÇO DA ATIVIDADE:**

**COORDENADAS (UTM):** 24K; 236671.21 m E / 7702531.29 m S.

[illegible]

Esta **LS** é válida pelo período de **1.460** dias, a contar da data do recebimento, observadas as CONDICIONANTES discriminadas, bem como seus anexos que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Alegre - ES, 29 de janeiro de 2026.

**GRAZIELA FERREIRA DA SILVA EMERICK**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Integra a presente LICENÇA SIMPLIFICADA, 01 (um) anexo contendo 09 (nove) condicionantes que deverão ser cumpridas.

## ANEXO 1- CONDICIONANTES LICENÇA SIMPLIFICADA 002/2026

**Requerente:** American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda

**CPF/CNPJ:** 04.052.108/0001-89

**Atividade:** Estação de Telecomunicações (telefonia, rádio, TV e etc.).

**Localização:** Rua Monteiro da Gama, s/nº, Alegre-ES

**Coordenadas (UTM):** 24K; 236671.21 m E / 7702531.29 m S.

### CONDICIONANTES AMBIENTAIS

#### 3.1 Condicionantes simples orientativas

1. Esta licença deverá estar presente no local do empreendimento durante toda execução, sendo, obrigatória apresentação desta licença sempre que a atividade for vistoriada;
2. A contagem do prazo desta licença e das suas condicionantes inicia a partir do recebimento da mesma;
3. Esta licença se refere apenas aos aspectos ambientais da atividade em questão e não exime o seu titular da apresentação de outros documentos legalmente exigíveis à outros órgãos. Também não impede a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras nem desobriga o requerente da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certificados ou outros documentos previstos na Legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
4. Toda documentação a ser apresentada para atendimento das exigências feitas pela SEMADS deverá mencionar explicitamente o número da condicionante, do ofício, das notificações e/ou qualquer instrumento a que se refere;
5. A constatação da operação em desacordo com as informações prestadas no requerimento da licença ou com as condicionantes, sujeitarão o empreendedor, seus

representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal;

### 3.2 Condicionantes específicas orientativas

1. A presente Licença Simplificada (LS) foi emitida com fundamento na legislação federal vigente aplicável às estações de telecomunicação, conforme disposto na Lei Federal nº 11.934/2009 e na Lei Federal nº 13.116/2015, que regulamentam a instalação, operação e regularização ambiental dessas infraestruturas.
2. O empreendedor deverá manter a instalação da estação restrita à área anteriormente utilizada como pastagem, sendo vedada a supressão de vegetação nativa ou de indivíduos arbóreos isolados.
3. Não haverá geração de resíduos sólidos, efluentes sanitários ou material particulado na atmosfera decorrente da atividade.
4. A exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos deverá estar em conformidade com os limites estabelecidos na legislação vigente, conforme a Lei Federal nº 11.934/2009:
  - Art. 1º: Aplicável a frequências até 300 GHz, visando à proteção da saúde e do meio ambiente.
  - Art. 2º: Define os limites de exposição da população em geral e dos trabalhadores.
5. A Lei Federal nº 13.116/2015 determina:
  - Art. 2º, II: Minimização de impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais.
  - Art. 2º, IV: Precaução contra os efeitos da emissão de radiação não ionizante.
  - Art. 4º, IV: Obrigação das prestadoras de cumprir normas legais e regulatórias com foco na segurança dos usuários.

- Art. 4º, VI: Promoção do uso racional de recursos, modernização tecnológica e redução de impactos ambientais.
  - Art. 5º, IV: Redução do impacto paisagístico sempre que tecnicamente possível e economicamente viável.
6. As detentoras das ERBs devem cumprir integralmente as Leis Federais nº 11.934/2009 e nº 13.116/2015, assegurando operação segura, eficiente e ambientalmente responsável.
  7. Deve-se promover treinamentos aos funcionários envolvidos na operação da estação, conforme previsto no Plano de Controle Ambiental, como condição para garantir o conforto, a segurança e o controle adequado da atividade.
  8. Manter no local da instalação todos os documentos relativos à licença disponíveis para apresentação durante fiscalizações.
  9. Esta licença refere-se exclusivamente aos aspectos ambientais da atividade, não eximindo o empreendedor de obter outras autorizações, laudos, ou anuências junto a órgãos competentes, sempre que aplicável.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PDF Redactor Free

**GRAZIELA FERREIRA DA SILVA EMERICK**

SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GSEMADS - SEMADS - PMAL

assinado em 02/02/2026 09:12:01 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 02/02/2026 09:12:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por DÉBORA PELLANDA FAGUNDES (BIOLOGO - CTLAMB - SEMADS - PMAL)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-NHDQVP>